



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 22/04/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado afirmou que a Câmara avançou na discussão sobre o fim da escala 6 por 1, que classificou como prejudicial à qualidade de vida dos trabalhadores. Relacionou a proposta à histórica luta pela redução da jornada de trabalho, destacando mobilizações desde a Revolução Industrial. Mencionou também a pressão de movimentos sociais e a atuação do Governo Lula para impulsionar o tema, além da aprovação da admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por fim, informou que o debate seguirá em comissão especial e defendeu a redução da jornada sem corte salarial, com maior valorização das condições de trabalho.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado destacou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, da proposta que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e de seis para cinco dias, apontando impactos na qualidade de vida dos trabalhadores. Abordou também projetos relacionados às terras raras e às riquezas minerais, defendendo que sua exploração esteja vinculada ao interesse nacional. Criticou ainda a condução do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, avaliando que o tema exigia debate mais amplo com a sociedade. Por fim, reforçou a necessidade de soberania sobre recursos naturais e afirmou que esses ativos devem contribuir para melhores condições de vida da população brasileira.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado destacou a relevância de artigo do Ministro Flávio Dino sobre a reforma do Judiciário, ressaltando a recepção positiva por parte de juristas e do Ministro Edson Fachin. Defendeu que o tema seja debatido no Congresso Nacional, envolvendo Câmara e Senado, diante de seus impactos sobre a organização dos Poderes e o funcionamento do Sistema de Justiça. Afirmou que o momento exigia análise responsável e alinhada à Constituição. Por último, informou que solicitou a inclusão do artigo nos Anais da Casa, com o objetivo de ampliar a discussão no Parlamento.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado relatou agenda institucional em Municípios do Maranhão, com destaque para ações em Dom Pedro (MA). Mencionou a oferta de serviços de saúde por meio de unidade móvel voltada à saúde da mulher, além da retomada de obras escolares paralisadas. Também citou a autorização para construção de espaço esportivo, a entrega de ônibus escolar e a inauguração de unidade básica de saúde. Destacou ainda projeto de reconstrução do mercado municipal com recursos de emenda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

parlamentar. Por último, registrou a entrega de equipamentos agrícolas a comunidades rurais em Matões (MA), com foco no aumento da produção e melhoria das condições de trabalho.

**Albuquerque (REPUBLICANOS - RR)** - O Deputado relatou visita a comunidades indígenas em Roraima, com destaque para o povo Wai-wai, onde participou de atividades culturais e encontros com lideranças locais. Além disso, revisitou sua posição sobre o Marco Temporal, afirmando que reavaliou seu voto e manifestou insatisfação com a decisão anterior. Afirmou que o equilíbrio entre propriedade, produção, preservação ambiental e direitos indígenas não devem se basear em critérios temporais rígidos, mas em diálogo com as populações afetadas. Registrou ainda participação nas celebrações do Dia do Índio e destacou a importância de ouvir as comunidades da região.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada destacou a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que trata do fim da escala 6 por 1, relacionando a medida aos impactos do trabalho na saúde mental e nos custos previdenciários. Associou o tema à trajetória histórica das lutas trabalhistas e à defesa de melhores condições de vida, com mais tempo para convivência familiar, formação e atividades pessoais. Também mencionou o apoio popular à proposta e a atuação de outros Deputados na iniciativa. Por fim, indicou que a discussão seguirá nas próximas etapas legislativas e afirmou que a medida busca garantir equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

**Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO)** - O Deputado reafirmou sua pré-candidatura ao Senado pelo Tocantins, destacando trajetória política como Vereador, Deputado Estadual, Governador e Deputado Federal. Afirmou que sua posição nas pesquisas refletia atuação junto a lideranças locais e investimentos em áreas como infraestrutura, transporte e serviços públicos. Também relatou episódios anteriores de disseminação de informações falsas durante disputas eleitorais e alegou que situação semelhante estaria ocorrendo novamente. Encerrou declarando confiança na Justiça e no apoio de Prefeitos, Vereadores e comunidades locais, defendendo que sua candidatura tem origem nas bases e representa diferentes segmentos da população do Estado.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado destacou operação de segurança pública realizada em Goiás durante o feriado de Tiradentes, sob coordenação do Governador Daniel Vilela, com atuação integrada de diferentes forças e uso de recursos aéreos e terrestres. Afirmou ainda que a ação teve foco no combate à criminalidade e mencionou resposta rápida a uma tentativa de rebelião, contida pela polícia penal. Informou também que a estratégia contou com apoio institucional e respaldo da população, com orientação para atuação rigorosa das forças de segurança no Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada destacou o debate sobre a revisão da jornada 6 por 1, ressaltando impactos na vida das mulheres, que acumulam trabalho remunerado e não remunerado. Defendeu o avanço de propostas relacionadas ao combate à misoginia e à garantia de financiamento para o SUAS, apontando a necessidade de resposta institucional a casos de violência contra mulheres. Também criticou a condução de políticas sobre terras raras, avaliando que faltava estratégia voltada à soberania nacional. Por último, informou a apresentação de representação a órgãos de controle para questionar a venda de ativos minerais e defendeu maior debate sobre o uso desses recursos.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado registrou homenagem aos 78 anos da criação do Estado de Israel, destacando o processo histórico de reconhecimento internacional em 1948 e os desafios enfrentados desde então. Mencionou a Resolução 181 da ONU e a participação do brasileiro Oswaldo Aranha no contexto da formação do País. Ressaltou ainda características institucionais de Israel e citou tensões na região, incluindo a atuação de grupos e governos contrários à sua existência. Manifestou também expectativa por convivência pacífica entre os povos e destacou a relevância simbólica da data para a população israelense.

**André Janones (REDE - MG)** - O Deputado criticou declarações do Governador de Minas Gerais sobre beneficiários do Bolsa Família, contestando a ideia de que o programa incentivaria dependência. Afirmou que o benefício funciona como complemento de renda e destacou que parte dos beneficiários deixa o programa ao conseguir emprego. Também mencionou dados sobre saídas voluntárias do Bolsa Família. Além disso, criticou políticas econômicas e decisões do Governo Estadual, incluindo incentivos a empresas e reajustes salariais.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, da admissibilidade da proposta que trata do fim da escala 6 por 1, classificando o momento como relevante para a pauta trabalhista. Afirmou ainda que a medida busca garantir melhores condições de vida, com mais tempo para descanso, convivência familiar e cuidados com a saúde. Ademais, lembrou debates históricos sobre direitos trabalhistas e citou resistências recorrentes a mudanças na jornada. Também mencionou experiências já adotadas no setor privado com redução de escala e apontou impactos em produtividade e bem-estar.

**Sâmia Bomfim (PSOL - SP)** - A Deputada abordou a exploração de terras raras no Brasil, destacando a importância estratégica desses minerais para a produção tecnológica. Alertou para riscos relacionados à soberania nacional diante de acordos e negociações com empresas estrangeiras, mencionando iniciativas envolvendo o Estado de Goiás e a possível aquisição de mineradora brasileira por grupo internacional. Também criticou proposta legislativa que amplia incentivos fiscais ao setor sem prever contrapartidas sociais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

ambientais ou econômicas. Por fim, informou a adoção de medidas junto a órgãos de controle para questionar essas iniciativas e defendeu que a exploração dos recursos atenda aos interesses do País.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada destacou agenda internacional do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Europa, com passagens por Alemanha, Espanha e Portugal, ressaltando iniciativas voltadas à cooperação econômica, tecnológica e institucional. Afirmou que os encontros buscaram fortalecer a reindustrialização, ampliar parcerias e reforçar o compromisso com a democracia em cenário internacional. Também mencionou acordos bilaterais em áreas como educação, ciência e cultura. No âmbito interno, registrou a aprovação da admissibilidade da proposta sobre o fim da escala 6 por 1 na Comissão de Constituição e Justiça, apontando impactos na qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente das mulheres, e indicando possíveis efeitos sobre produtividade e bem-estar.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado destacou ações realizadas pela Prefeitura de Santa Quitéria do Maranhão (MA), durante as comemorações pelos 114 anos do Município. Ressaltou a entrega de uma escola de música, apontando a iniciativa como oportunidade de formação cultural para jovens e adultos. Também mencionou a inauguração de estrada que liga comunidades rurais, com melhorias de infraestrutura para facilitar o deslocamento da população. Além disso, citou a entrega de um centro de imagem equipado para atendimentos de saúde e a construção de equipamentos públicos nas áreas de educação e cultura. Atribuiu as realizações à gestão municipal e registrou os investimentos voltados ao atendimento da população local.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado defendeu a realização de uma ampla reforma do Poder Judiciário, com críticas ao funcionamento atual de tribunais superiores. Cobrou a instalação de comissão parlamentar para investigar denúncias envolvendo o sistema financeiro e mencionou suspeitas sobre integrantes de diferentes Poderes. Também questionou o modelo de indicação e a vitaliciedade de Ministros do Supremo Tribunal Federal, propondo mandatos com limite de idade e mudanças nas regras de escolha. Sugeriu ainda restrições à atuação de familiares de magistrados e criticou mecanismos disciplinares da magistratura. Ao final, pediu que o Congresso Nacional liderasse a reforma, com participação do Executivo no envio de propostas.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou atuação da Polícia Federal, apontando suposto uso político da instituição e questionando ações envolvendo autoridades brasileiras no exterior. Além disso, direcionou críticas ao Governo Federal e ao Supremo Tribunal Federal, mencionando preocupações com o funcionamento das instituições e alegando prejuízos à democracia. Contestou propostas de reforma do Judiciário e afirmou que mudanças deveriam ser conduzidas de forma independente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu a atuação da Polícia Federal, citando declarações de ex-Presidente sobre interferência na instituição e destacando investigações relacionadas a aliados políticos. Mencionou também denúncias envolvendo relações financeiras com o Banco Master e criticou episódios ligados à tentativa de golpe e à disseminação de desinformação. Ademais, abordou a situação do Banco de Brasília, cobrando apuração de irregularidades e responsabilização de envolvidos em operações investigadas. Fez ainda referências ao aniversário de Brasília e a temas como democracia e soberania, defendendo a preservação de instituições públicas e o fortalecimento do Estado de Direito.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a atuação do Diretor-Geral da Polícia Federal, questionando decisões envolvendo cooperação internacional e a atuação de agentes estrangeiros no Brasil. Mencionou episódio envolvendo autoridades brasileiras nos Estados Unidos e apontou possíveis repercussões diplomáticas. Também anunciou intenção de solicitar o afastamento do dirigente da instituição, alegando falta de imparcialidade na condução das atividades.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada afirmou que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva atuou no combate à corrupção, citando ações contra irregularidades no INSS e operações envolvendo o Banco Master. Criticou também posicionamentos de adversários políticos em relação à soberania nacional, especialmente no que diz respeito à exploração de recursos estratégicos como terras raras. Mencionou ainda episódios envolvendo relações com os Estados Unidos e defendeu a preservação de ativos nacionais. Concluiu reforçando a defesa da soberania do País e a proteção de seus recursos.

**Fernando Rodolfo (PRD - PE)** - O Deputado destacou que a sessão representava um momento decisivo para professores. Explicou que esperava a aprovação de requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.399, de 2025, de sua autoria, que trata sobre os juros dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ressaltou que, após a Emenda Constitucional nº 114, 60% dos valores arrecadados com o Fundef deveriam ser destinados aos professores. Em seguida, criticou gestores que repassaram apenas o valor principal, desconsiderando juros e correção monetária. Também esclareceu que a proposta não gerava novas despesas, mas buscava assegurar direito previsto. Citou ainda mobilização nacional em torno do tema, relatando sua atuação parlamentar em diferentes Estados. Concluiu que a aprovação permitiria pagamento integral e complementações devidas aos profissionais do magistério.

**Sâmia Bomfim (PSOL - SP)** - A Deputada registrou apoio à greve dos servidores municipais de Louveira (SP). Destacou que as reivindicações da categoria eram justas, como reajuste salarial, aumento do vale-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

alimentação, plano de cargos e salários, fim das terceirizações e melhores condições de trabalho. Informou também que negociações ocorreram, mas não avançaram diante da ausência de propostas da Prefeitura. Ressaltou que os trabalhadores estavam há mais de três anos sem reposição inflacionária. Além disso, afirmou que a paralisação, prevista para 23 de abril, surgiu como resposta à falta de diálogo. Ao concluir, indicou que acompanharia o movimento na cidade e defendeu a legitimidade da mobilização.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou decisões do Supremo Tribunal Federal ao abordar processo envolvendo o ex-Deputado Eduardo Bolsonaro. Questionou a reabertura do caso após recurso, e apontou aparelhamento político e imparcialidade de Ministros da Suprema Corte na condução judicial. Ademais, declarou que fatos semelhantes causavam prejuízo à credibilidade do Judiciário e manifestou solidariedade ao ex-Parlamentar. Sustentou que o caso representava perseguição política e defendeu a atuação em favor da Constituição, da democracia e dos mandatos parlamentares.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado criticou a atuação do PT e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que adotavam um discurso de defesa dos trabalhadores, mas na verdade implantavam políticas que priorizavam sindicatos. Também questionou propostas sobre o fim da escala 6x1, classificando-as como eleitorais. Ainda sobre o assunto, defendeu debate no Congresso para construir solução que considerasse trabalhadores e empregadores, sem impacto negativo no emprego. Mencionou divergências em propostas legislativas sobre o tema e apontou a necessidade de compensações e implementação gradual. Considerou a adoção de um modelo baseado em horas trabalhadas e recebidas. Concluiu afirmando que o PL atuaria por mudanças com responsabilidade econômica e manutenção da atividade produtiva.

## ORDEM DO DIA

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou gastos do Governo Federal durante a COP 30, realizada em Belém (PA). Apontou desperdício de recursos públicos e mencionou uso de estruturas como navios de luxo. Em seguida, associou os gastos à condução do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e questionou prioridades administrativas. Declarou que recursos foram empregados em ações consideradas inadequadas diante de demandas nas áreas de saúde, segurança e educação.

**Paulo Azi (UNIÃO - BA)** - O Deputado cumprimentou o Presidente Hugo Motta e reconheceu sua atuação na condução de pauta voltada aos trabalhadores. Em seguida, atribuiu ao Presidente da Casa a decisão de priorizar a inclusão na pauta de propostas sobre a redução da jornada de trabalho, permitindo avanço inédito no debate. Afirmou que a condução favoreceu a construção de consenso entre lideranças e setores da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

sociedade. Ademais, indicou expectativa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, em maio. Ressaltou ainda que a proposta buscava gerar benefícios à classe trabalhadora. Concluiu com registro de reconhecimento à liderança e dedicação na articulação da matéria.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relatada pelo Deputado Paulo Azi. Classificou a medida como avanço histórico e defendeu continuidade da tramitação em Comissão Especial e no Plenário. Também criticou posicionamento do PL sobre a matéria, rebatendo acusações de caráter eleitoral. Sustentou que o Governo anterior promoveu as reformas trabalhista e previdenciária, que retiraram direitos e impactaram trabalhadores, além de ter congelado o valor do salário mínimo. Concluiu que houve cobrança por coerência no debate sobre políticas voltadas às famílias brasileiras.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado registrou reconhecimento ao trabalho do Relator do Projeto de Lei nº 533, de 2024, Deputado Tarcísio Motta, mencionando articulações e acordos realizados com Parlamentares. No entanto, ponderou que a sessão remota limitou o debate sobre a matéria. Informou que a bancada decidiu manter obstrução nesse formato, defendendo discussão mais ampla em sessão presencial. Além disso, indicou que há possibilidade de acordo futuro para votação.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Além disso, alertou para episódio envolvendo a expulsão de delegado da Polícia Federal pelos Estados Unidos e a posterior expulsão de policial norte-americano pelo Brasil, classificando o caso como grave para a democracia. Alegou uso político da corporação pelo Diretor-Geral e questionou os impactos internacionais do caso. Por fim, sustentou que a situação representou desgaste para o País e manifestou preocupação com a credibilidade das instituições.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado, na condição de Relator do Projeto de Lei nº 533, de 2024, esclareceu ao Plenário que incorporou integralmente na subemenda substitutiva as sugestões apresentadas pelo Republicanos. Além disso, explicou que a proposta tratou de articulação entre cultura e educação, com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

execução por secretarias estaduais e municipais, sem controle direto do Governo Federal. Por fim, orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do projeto.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Em seguida, destacou que havia projetos mais urgentes a serem deliberados, como o que trata da limitação de decisões monocráticas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ainda sobre o assunto, apontou a existência de um desequilíbrio institucional, argumentando que decisões individuais poderiam derrubar leis aprovadas pelo Congresso.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Em seguida, destacou visita ao Comandante-Geral da Polícia Militar da Paraíba, ressaltando sua trajetória desde a condição de soldado até o comando da corporação. Informou que solicitou a promoção por tempo de serviço de policiais que aguardam progressão na carreira. Dirigiu apelo ao Governador do Estado para atendimento da demanda, ao enfatizar reconhecimento aos profissionais da segurança pública. Concluiu ressaltando que a medida valorizaria homens e mulheres que atuam na proteção da sociedade e representaria avanço na política de segurança estadual.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Em seguida, denunciou a situação de obras rodoviárias na Paraíba, ao relatar visita à BR-412, entre Campina Grande (PB) e Monteiro (PB). Criticou a execução de intervenções sob responsabilidade do Governo Federal e apontou atrasos na duplicação da BR-230, incluindo trechos na Região Metropolitana de João Pessoa (PB) e na Alça Sudoeste de Campina Grande (PB). Também mencionou histórico de promessas e investimentos sem conclusão das obras e questionou a atuação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, elogiou a atuação do Relator Deputado Tarcísio Motta e da Deputada Jandira Feghali, autora da proposta. Além disso, criticou o Presidente Lula pelos gastos com viagens internacionais, afirmando que não traziam benefícios ao País. Por fim, condenou o Presidente Lula pela sanção da lei das apostas esportivas, acusou incoerência dos Parlamentares que aprovaram a medida e elogiou a Deputada Erika Kokay por ter votado contra as *bets*.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado condenou o Presidente Lula por enganar a população com discurso crítico aos Estados Unidos em defesa da soberania nacional. Ademais, vinculou o discurso patriota do Presidente da República à sua queda nas pesquisas eleitorais, destacando sua perda de apoio na Paraíba. Por fim, apelou à população para que não acredite no discurso do Presidente.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, parabenizou a Deputada Jandira Feghali, autora da proposição, e o Deputado Tarcísio Motta, Relator da matéria. Além disso, elogiou o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Deputado Leur Lomanto Júnior, pela condução democrática dos trabalhos, bem como o Relator Deputado Paulo Azi e o Deputado Reginaldo Lopes, autor, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho semanal.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, elogiou a Deputada Jandira Feghali, autora da proposição, e as contribuições da Deputada Rosângela Gomes bem como o diálogo com o Deputado Sóstenes Cavalcante.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, alertou para a poluição causada pelo despejo de esgoto no Rio Jaguaribe e no mar pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), sobretudo em João Pessoa (PB). Afirmou que o problema prejudicava o turismo, a economia e o meio ambiente no Estado. Além disso, apelou à Cagepa e às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

Prefeituras para que adotassem medidas urgentes de saneamento básico. Por fim, responsabilizou gestões socialistas pelo sucateamento da empresa e criticou o Governador da Paraíba, João Azevêdo, e o Presidente Lula.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, defendeu a derrubada do Veto nº 3, de 2026, ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata da dosimetria das penas, de modo a demonstrar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suas decisões contrariam o desejo da sociedade. Por fim, repudiou a "ditadura da toga".

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, contestou a Oposição para destacar que os acordos firmados pelo Governo Federal durante as viagens internacionais do Presidente Lula geraram R\$ 94 bilhões para o Brasil.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, saudou o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, por ter pautado a proposição e pela condução da votação, agradecendo também à Deputada Amanda Gentil.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

providências. Além disso, defendeu o Governo Lula ao celebrar os investimentos estrangeiros no montante de R\$ 84 bilhões e os 400 acordos internacionais firmados. Por fim, exaltou o Presidente Lula por projetar o Brasil internacionalmente, defender a paz e o combate à fome, e criticou o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Submenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2024, que institui a Política Nacional “Mais Cultura nas Escolas” e dá outras providências. Ademais, criticou a política econômica do Governo Lula, destacando os gastos públicos, o endividamento das famílias brasileiras e o não cumprimento das promessas de campanha relativas à melhoria das condições de vida da população. Por fim, condenou as mentiras do Presidente Lula, apontando que ele já não tem mais nada a oferecer ao País.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada apelou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e aos Líderes partidários para que fosse mantida a votação do Projeto de Lei nº 466, de 2015, que dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras. Ressaltou que a proposição tramitava desde 2015 e não causaria impacto financeiro às concessionárias, por prever a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual. Além disso, destacou a gravidade do problema para espécies como a onça-pintada no Pantanal, em razão de suas dificuldades reprodutivas.

**Zé Silva (UNIÃO - MG)** - O Deputado celebrou a Lei nº 13.860, de 2019, de sua autoria, que regulamentou a comercialização dos queijos artesanais no País, e o evento 4º Mundial do Queijo do Brasil. Ademais, comemorou que o País conquistou 503 medalhas na competição, inclusive com o melhor queijo do mundo, e ressaltou o desempenho dos produtores de Minas Gerais. Além disso, elogiou o trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e enalteceu o reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do modo de fazer o queijo minas artesanal como patrimônio cultural imaterial. Por fim, defendeu o Projeto de Lei nº 5.738, de 2025, de sua autoria, que dispõe sobre a proibição da reconstituição de leite em pó e outros derivados de origem importada para consumo humano e estabelece diretrizes para proteção da cadeia produtiva láctea, para conter a concorrência desleal contra produtores brasileiros.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado destacou que a eventual delação premiada do ex-Presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, poderia esclarecer a operação que causou prejuízo bilionário à instituição e à população do Distrito Federal (DF). Ademais, ressaltou que a Polícia Federal atribuiu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

ao ex-dirigente o recebimento de R\$ 146 milhões em propina e apontou o envolvimento do Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, na compra de R\$ 30 bilhões em títulos do Banco Master pelo BRB. Por fim, defendeu a recuperação dos valores desviados e classificou o caso como o maior escândalo de corrupção da história do Distrito Federal e do Brasil.

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Resolução nº 80, de 2025, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir que os membros efetivos da Mesa Diretora possam fazer parte de Liderança e de comissões permanentes e temporárias.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução nº 80, de 2025, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir que os membros efetivos da Mesa Diretora possam fazer parte de Liderança e de comissões permanentes e temporárias.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada defendeu o Projeto de Resolução nº 80, de 2025, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir que os membros efetivos da Mesa Diretora possam fazer parte de Liderança e de comissões permanentes e temporárias. Ademais, destacou a importância da Bancada Negra como espaço plural de representação de Parlamentares de diferentes partidos, ressaltando que a proposta assegurava o rodízio na sua Liderança. Além disso, apontou a mudança da data de eleição da coordenação da bancada para 6 de fevereiro, em homenagem a Dandara dos Palmares. Por fim, parabenizou a Deputada Laura Carneiro pela iniciativa e o Deputado Antonio Brito pela relatoria.

**Duda Salabert (PSOL - MG)** - A Deputada informou que assumiu a relatoria do Projeto de Lei nº 466, de 2015, voltado à proteção de animais atropelados em rodovias. Comunicou a realização de reunião interministerial para aprimorar o texto, com participação do Governo. Também relatou compromisso, firmado com o Presidente da Câmara, para que a matéria fosse votada até a primeira semana de maio.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 80, de 2025, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir que os membros efetivos da Mesa Diretora possam fazer parte de Liderança e de comissões permanentes e temporárias. Além disso, destacou a homenagem a Dandara dos Palmares, ao associar a proposta à preservação da memória histórica e à luta contra o racismo. Também mencionou a Bancada Negra como avanço institucional e afirmou a importância de uma sociedade comprometida com a superação do racismo estrutural. Por fim, citou a trajetória da Deputada Benedita da Silva e sua contribuição para o reconhecimento do Dia da Consciência Negra como feriado nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário ao Projeto de resolução da Câmara dos Deputados nº 80, de 2025, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir que os membros efetivos da Mesa Diretora possam fazer parte de Liderança e de comissões permanentes e temporárias.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Além disso, criticou gastos do Governo Federal em viagens internacionais. Afirmou que o Presidente da República deveria cumprir agendas externas, mas questionou despesas com hospedagem, ao citar valores elevados em viagem recente à Alemanha. Também comparou a conduta com gestões anteriores, ao mencionar práticas de economia em deslocamentos oficiais. Por fim, declarou que os custos seriam incompatíveis com o discurso de atenção à população de menor renda e defendeu maior controle dos gastos públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Além disso, defendeu as viagens internacionais do Presidente da República, ao afirmar que resultaram em ampliação de parcerias comerciais, abertura de mercados e incremento das exportações brasileiras. Argumentou que essas agendas contribuíram para o desempenho da economia, mesmo diante de medidas externas que afetaram empresas nacionais. Também comparou a recepção do atual Presidente no exterior com a do ex-Presidente Bolsonaro e criticou posicionamentos da oposição em relação à política externa.

**Marx Beltrão (PP - AL)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado criticou o Projeto de lei nº 3.025, de 2023, em votação, e afirmou que o modelo poderia concentrar a comercialização do ouro em poucos agentes, o que classificou como risco de formação de cartel no Pará. Avaliou que restringir compradores dificultaria a formalização da atividade e ampliaria a clandestinidade. Também mencionou a queda na arrecadação da CFEM — compensação paga pela exploração de recursos minerais — e apontou impactos para municípios mineradores.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu o Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, em discussão, ao destacar ações do Governo Federal no combate ao garimpo ilegal e na retomada da fiscalização ambiental. Afirmou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

que houve enfrentamento significativo da atividade ilegal em terras indígenas, com destaque para a Terra Yanomami, e atribuiu problemas anteriores à fragilização dos mecanismos de controle. Por fim, destacou a importância de implementar a rastreabilidade do ouro e de fortalecer o controle da cadeia produtiva mineral, como forma de coibir irregularidades e evitar a expansão de atividades ilegais no País.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado criticou pontos do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, em discussão, ao apontar contradições na proposta sobre comercialização de ouro. Afirmou que o projeto restringia a compra a instituições já atuadas pelo próprio Governo, ao mencionar o fechamento de DTVMs no Pará. Também questionou a criação de uma guia de transporte de ouro, ao avaliar que o mecanismo poderia facilitar irregularidades e dificultar a fiscalização pela Polícia Federal.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Além disso, mencionou o papel da Polícia Federal no enfrentamento ao crime organizado e à corrupção, incluindo investigações recentes. Também informou a ampliação do efetivo da corporação, com a convocação de novos servidores.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Marx Beltrão (PP - AL)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Em seguida, criticou declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, sobre o Governador de Minas Geras, Romeu Zema, classificando-a como preconceituosa. Por fim, afirmou que Zema representa a “linguagem do povo” e contrapôs essa imagem a críticas dirigidas a membros do STF, reforçando posicionamento político contrário a integrantes da Corte.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação do parágrafo segundo, art 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo segundo, art 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Em seguida, informou que a oposição protocolou pedido de *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, além de uma notícia-crime encaminhada ao Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, em razão de alegada perseguição ao Governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Por fim, disse que a iniciativa está relacionada a manifestações do Ministro após a publicação de conteúdo satírico por Zema, classificando a situação como preocupante para o ambiente político.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Na oportunidade, afirmou que atuou para aprimorar o projeto, destacando diálogo com Parlamentares, Governo e órgãos como a Polícia Federal (PF). Explicou que apesar das tentativas de ajuste, houve resistência do Executivo às mudanças propostas. Argumentou que a matéria pode gerar impactos negativos, como prejuízos à atuação da PF e possível evasão de recursos de Municípios da Amazônia, citando preocupações de gestores locais, inclusive aliados do Governo. Ressaltou que a discussão não se trata de disputa entre oposição e situação, mas de buscar soluções técnicas e equilibradas, e concluiu manifestando frustração com o resultado, embora afirmando ter cumprido seu papel.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do Art. 6º do Substitutivo de Plenário, com fins de supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Na oportunidade, criticou a criação de um novo tributo sobre o setor de ouro, associando a medida ao aumento da carga tributária no País. Por fim, fez críticas à condução econômica do Governo Lula, afirmando que há aumento recorrente de impostos sem redução de despesas públicas.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 6º do Substitutivo de Plenário, com fins de supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 6º do Substitutivo de Plenário, com fins de supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 6º do Substitutivo de Plenário, com fins de supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989. Em seguida, destacou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho. Argumentou que a medida acompanha avanços tecnológicos e mudanças no mundo do trabalho, defendendo que a redução da jornada é necessária diante das transformações produtivas. Por fim, lembrou iniciativas anteriores sobre o tema, afirmando que propostas semelhantes haviam avançado no Congresso, mas não foram concluídas, e apontou que o atual Governo Lula está comprometido com a aprovação da mudança.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 6º do Substitutivo de Plenário, com fins de supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação do Art. 8º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado encaminhou a votação do Art. 9º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**Fernando Rodolfo (PRD - PE)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 6.399 de 2025, que regulamenta e interpreta o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021, e complementa a Lei nº 14.325, de 2022, para esclarecer o conceito de “valor recebido” relativo aos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Amanda Gentil (PP - MA)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 22, de 2026, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 22, de 2026, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 22, de 2026, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 22, de 2026, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em seguida, informou a apresentação do Projeto de Lei nº 1.746, de 2026, que altera a Lei nº 8.429, de 1992, para qualificar como ato de improbidade administrativa a inauguração de obra pública parcial ou inacabada, ainda que para fins simbólicos. Além disso, criticou a realização de cerimônia de inauguração de um viaduto na Paraíba que, segundo ele, ainda não estava concluído, atribuindo responsabilidade a integrantes do Governo Lula. Por fim, solicitou celeridade na tramitação da proposta apresentada.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias.

**Marx Beltrão (PP - AL)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias. Em seguida, criticou a atuação do Governo Lula, alegando que há uma estratégia de tensionamento nas relações internacionais, especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

com os Estados Unidos, e questionando o discurso governamental sobre soberania nacional. Por fim, manifestou expectativa de avaliação por parte do eleitorado.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.397, de 2024, que veda a disposição em convenção condominial de cláusula que restrinja, de qualquer forma, a locação de imóveis comerciais para agremiações partidárias. Em seguida, fez um apelo à Mesa Diretora da Câmara e do Senado para avançar em duas pautas da segurança pública: a aprovação do piso nacional para profissionais da área; e a proposição de sua autoria sobre previdência de policiais e bombeiros militares estaduais, o Projeto de Lei nº 1.451, de 2023, que inclui o artigo 24-K na Lei nº 13.954, de 2019, que reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. Por fim, reforçou a importância de dar celeridade a essas medidas, consideradas prioritárias para a categoria.

**Flávia Moraes (PDT - GO)** - A Deputada proferiu parecer às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 26 apresentada ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo Art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterado pelo art. 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado destacou acordo firmado com o Governo em torno do Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, ressaltando a construção conjunta do relatório. Elogiou a atuação da Deputada Flávia, relatora da matéria, e do Deputado Luiz Gastão, que participou da elaboração do texto no âmbito de frente parlamentar.

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 533, de 2024, de autoria da Deputada Jandira Feghali voltado à ampliação da cultura no ambiente escolar. Relacionou a iniciativa a políticas anteriores de incentivo à ciência na educação, mencionando experiência à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com programas de contraturno. Ressaltou também a importância de atividades culturais, como a música, para o desenvolvimento educacional e a compreensão de outras disciplinas, como a matemática.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

**Cristiane Lopes (PODE - RO)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 539, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal. Além disso, criticou promessas do Governo Federal relacionadas à redução de preços de passagens aéreas que não teriam sido cumpridas.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes, de seu relatório ao Projeto de Lei nº 173, de 2023, sobre transporte de animais vivos. Afirmou que grande parte das exigências do texto original já está disciplinada pela legislação vigente, especialmente pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito e do Ministério da Agricultura, e que criar duplicidade normativa oneraria os produtores. Destacou que o produtor rural brasileiro já enfrenta alto custo operacional, desafios logísticos e insegurança jurídica, e que novas exigências formais encarecem a produção e os alimentos. Assinalou ainda que o relatório manteve a possibilidade de apreensão de veículos em desacordo com as normas existentes, fortalecendo a fiscalização sem criar excesso regulatório, e defendeu o equilíbrio entre bem-estar animal, racionalidade legislativa e valorização do setor produtivo.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado abordou o agendamento, pelo STF, da análise da Lei 12.734, de 2012, que alterou a distribuição de royalties de petróleo, e defendeu uma repartição mais justa e equilibrada dessas receitas. Argumentou que a riqueza gerada pela exploração do petróleo, especialmente no pré-sal, é um recurso estratégico da União, conforme o artigo 20 da Constituição Federal, e que seus efeitos econômicos e sociais se espalham por todo o País. Destacou ainda que muitos Estados, especialmente na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

Região Norte, convivem com restrições ambientais que reduzem sua capacidade de gerar receita própria, criando um desequilíbrio federativo que precisa ser corrigido. Afirmou, em linha com a posição da CNM (Confederação Nacional de Municípios), que os Municípios são a base da federação e enfrentam pressão por serviços públicos sem a correspondente transferência de recursos. Por fim, sustentou que os royalties são instrumento de justiça distributiva e que a análise da lei pelo STF deve assegurar tratamento mais justo aos Municípios e Estados, promovendo desenvolvimento equilibrado entre as regiões.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada informou que o Plenário do Senado Federal está prestes a deliberar sobre o Projeto de Lei nº 196, de 2024, de sua autoria, que aperfeiçoa as regras do testamento emergencial, regulado pelo artigo 1.879 do Código Civil. Explicou que a matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados em junho do ano anterior, em apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e recebeu parecer favorável da CCJ do Senado em dezembro. Destacou ainda que o Código Civil permite, em circunstâncias excepcionais, a elaboração de testamento particular de próprio punho, sem testemunhas, como nos casos de sequestro, desastres naturais ou doenças contagiosas, e que a pandemia de covid evidenciou a relevância dessa previsão. Assinalou também que a principal inovação do projeto é exigir que, caso o testador sobreviva às circunstâncias excepcionais, ele confirme sua vontade por alguma das formas testamentárias ordinárias em noventa dias, garantindo que a exceção não se torne via para escapar às formalidades normalmente exigidas.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado apresentou artigo do Ministro Flávio Dino sobre a necessidade de uma Nova Reforma do Judiciário, abrangendo todos os segmentos do Sistema de Justiça. O texto destacou que o Brasil já realizou grandes reformas, como a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, e a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e que, decorridos 22 anos da última reforma, é necessário um novo ciclo de mudanças constitucionais e legais com participação dos órgãos do Sistema de Justiça. Apontou problemas como o volume excessivo de processos (75,5 milhões pendentes até fevereiro de 2026), morosidade em execuções fiscais (tramitação média superior a 7 anos), atrasos em crimes contra a vida (até 3.705 dias de tramitação) e tentativas de influência sobre decisões judiciais. Propôs 15 eixos para o redesenho normativo, incluindo requisitos processuais para acesso aos Tribunais Superiores, especialização de instâncias para crimes contra a pessoa e improbidade administrativa, revisão do Código Penal sobre crimes contra a Administração da Justiça, desjudicialização de execuções fiscais e regras para uso de Inteligência Artificial, visando fortalecer o Sistema de Justiça com celeridade, segurança jurídica e confiabilidade.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado denunciou a paralisação de mais de 50 universidades federais, incluindo UFRJ, UFMG, UFRGS e Unifesp, e classificou a situação como uma crise estrutural



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 60.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/04/2026

resultante de décadas de tratamento da educação superior pública como despesa. Criticou a retirada de quase meio bilhão de reais do orçamento da educação pelo Congresso Nacional para redirecionamento a emendas parlamentares, afetando assistência estudantil, manutenção de laboratórios e custeio das universidades. Afirmou ainda que professores pedem reajuste salarial enquanto estudantes ficam sem aula, sem prazo e sem resposta, e que o problema não tem um único culpado, mas que quem governa hoje tem a responsabilidade de hoje. Destacou que a universidade pública é uma das maiores conquistas civilizatórias do Brasil, onde a ciência respira, a cultura se reinventa e a mobilidade social ainda é possível. Por fim, cobrou negociação, investimento e cumprimento de acordos, além de tratamento sério à educação como razão de Estado.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado registrou reconhecimento à coragem do Governador Romeu Zema por questionar, cobrar e se posicionar diante de decisões do Supremo Tribunal Federal. Afirmou que, em um momento em que muitos se calam e poucos enfrentam estruturas consolidadas de poder, Zema escolheu não se omitir. Destacou ainda que não se trata de atacar instituições, mas de defender o equilíbrio entre os Poderes, e que, numa democracia sólida, ninguém é intocável e autoridade não é sinônimo de ausência de limites. Por fim, assinalou que o Brasil precisa de homens públicos com firmeza de caráter e compromisso com o País.

## ENCERRAMENTO